



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

CURSO OFICIAL DE FORMAÇÃO INICIAL DE JUÍZES SUBSTITUTOS DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
2ª TURMA 2021
MÓDULO: DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEGURIDADE SOCIAL



Assinado com senha por SYNTHIA MARIA GUIMARAES ANGELIM(usuário) e JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR(usuário).
Use 2970922.19062039-1326 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 11/04/2022 11:08



PAMEM202137826





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6815
E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br ;	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O Curso de Formação inicial aqui proposto tem como foco as atividades dos Magistrados para o exercício da prática jurisdicional num cenário de complexidade social, econômica e cultural, para a qual é imprescindível a formação humanista, crítica, teórico-prática, interdisciplinar e integradora. Ancora-se, ainda, em planejamento que visa executar ações de formação com estratégias que permitam ao Magistrado atuar como protagonista no processo de aprendizagem, através de metodologias ativas empregadas para desenvolver competências necessárias ao exercício da função judicante.

O Curso de Formação Inicial se propõe a oferecer, de forma sistêmica e interdisciplinar, um conjunto de ações pedagógicas que proporcionem ao Magistrado-educando “capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos, experiências sociais e de trabalho, comportamentos e valores, desejos e motivações desenvolvidos ao longo das trajetórias de vida em contextos cada vez mais complexos” (ENFAM: 2017)

Na diretriz curricular da Escola local, propõe o tratamento de temas teóricos relativos às matérias jurídicas e disciplinas afins, com enfoque interdisciplinar, permitindo o desenvolvimento integral do Magistrado e o enfrentamento de situações práticas da atividade judicante peculiares do Estado do Pará.

A ação educacional é concebida no intuito de acolher e proporcionar aos magistrados recém-empossados ao TJPA a ambientação necessária a uma atuação segura no início da carreira no Tribunal de Justiça, o desenvolvimento dos conhecimentos e as habilidades em relação à realidade jurisdicional do TJPA e seu contexto social, econômico e cultural, bem como aprimorar os seus conhecimentos nas diferentes áreas do Direito.

Com a propagação do coronavírus no final do ano de 2019, o Governo Federal, governadores e prefeitos, nos seus respectivos âmbitos de competência, adotaram diversas medidas de controle da pandemia, reconhecida pela OMS. Algumas dessas medidas incluíram a suspensão total ou parcial das atividades escolares e acadêmicas em instituições de ensino em todo o mundo, para que, por meio do isolamento social, o vírus fosse contido.

Desta forma, o curso de Formação Inicial de Magistrados foi reformulado segundo as diretrizes postas na Resolução nº. 1 de 3 de abril de 2020, que estabeleceu normas excepcionais para as ações educacionais direcionadas aos magistrados estaduais no período de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, na Resolução n. 2 de 8 de junho de 2016, e alterações constantes das Resoluções n. 4 de 7 de agosto de 2019, n. 2 de 28 de junho de 2019, n. 4 de 30 de novembro de 2017, n. 2 de 14 de março de 2017, e na Instrução Normativa n. 1 de 3 de maio de 2017, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, que dispõem sobre o curso de formação para ingresso na magistratura e





os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados. Importante destacar a possibilidade de modificação das atividades para a modalidade presencial, assim que autorizado pelas autoridades sanitárias do Estado do Pará e pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

A metodologia proposta baseia-se no ensino híbrido que é o método que mescla o ensino *online* (*atividades síncronas*), através de aulas ao vivo realizadas através da plataforma Teams (ou outras que se fizerem necessárias) com o *offline* (*atividades assíncronas*), através da plataforma Moodle (ou outras que se fizerem necessárias), nesse caso, sempre com o acompanhamento do tutor. Considerando como norte a práxis judicante, o curso será desenvolvido com momentos de interação (relação, trocas, diálogos entre os pares) e interatividade (contato com ferramentas/tecnologias disponíveis, de forma a propiciar o trabalho colaborativo) e com enfoque sociocultural (realização de atividades individuais e grupais) e cooperativo (perspectiva piagetiana do construtivismo, foco nas tarefas individuais). Em tal processo de ensino-aprendizagem, parte-se do entendimento de que o professor-tutor atuará como facilitador da edificação autônoma e crítica do conhecimento pelos participantes, considerando seus saberes prévios e contextos de trabalho, estimulando a colaboração e, também, mediando debates e trocas de experiências profissionais. Nesse sentido, as unidades de estudo e os procedimentos e estratégias considerados adequados foram estruturados com base na realização de atividades que promovam a interação entre os participantes (espaços reservados à discussão de temas e casos práticos vinculados à matéria de ensino), além de tarefas a serem realizadas individualmente por cada aluno e enviadas para correção, todas a serem disponibilizadas por meio do ambiente virtual de aprendizagem.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano

A presente demanda não consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício de 2021, mas encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2023, no qual conta como Macrodesafio o "Aperfeiçoamento da gestão de Pessoas", tendo como uma de suas iniciativas estratégicas "Aprimoramento da formação de magistrados e servidores", consistindo em "implementar plano pedagógico de capacitação e programas de formação inicial, continuada e formadores, para magistrados e servidores do judiciário, nas modalidades presencial e a distância, tendo como referência a gestão por competências, a eficiência institucional e a integração das unidades competentes". A referida formação não consta do Plano de Contratação inicial prevista para o exercício de 2021, pois trata-se de demanda necessária não incluída na programação de cursos da Escola Judicial, cuja execução será em substituição ao MÓDULO EM CURSO DE POS-GRADUAÇÃO PENAL IV, autorizado pelo gestor orçamentário no expediente PA-MEM-2021/02610. Contudo, cumpre destacar que a solicitação será submetida à aprovação da Presidência para a contratação do referido curso.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de capacitação na modalidade de ensino à distância, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços

09 de dezembro de 2021.





Carga horária: 08 horas

5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6827

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim

Matrícula: 126322

Telefone: (91) 3110-6835

E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6815

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante

Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim

Matrícula: 126322

Telefone: (91) 3110-6835

E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico

Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim

Matrícula: 126322



PAMEM202137826





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Telefone: (91) 3110-6835

E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br

Belém, 06 de outubro de 2021

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Jeferson Antônio Fernandes Bacelar



Assinado com senha por SYNTHIA MARIA GUIMARAES ANGELIM(usuário) e JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR(usuário).
Use 2970922.19062039-1326 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 11/04/2022 11:08

